

**ANEXO SEI Nº 27155688/2025 - SAP.ARC.AUN**

**ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO,  
SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

**Para Terceiros no Sistema de Videomonitoramento Inteligente**

**TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

**PREÂMBULO**

O presente Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade é celebrado entre o MUNICÍPIO DE JOINVILLE e terceiros envolvidos na implementação, operação e manutenção do Sistema de Videomonitoramento Inteligente com reconhecimento facial, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis.

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

CONTRATANTE: Município de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº [número], representado pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública (SEPROT).

TERCEIRO: [Empresa/Pessoa Física], [qualificação completa], doravante denominado simplesmente "TERCEIRO".

**CLÁUSULA 1ª - DEFINIÇÕES**

Para os fins deste termo, considera-se:

Sistema de Videomonitoramento Inteligente: a plataforma tecnológica com funcionalidades de reconhecimento facial e analíticos de imagem destinada à segurança pública do Município de Joinville.

Informações Confidenciais: todos os dados pessoais, imagens de videomonitoramento, informações biométricas, logs de sistema, configurações técnicas, relatórios, procedimentos operacionais, metodologias, fluxos de processo, estruturas organizacionais e demais informações obtidas em razão do contrato, independentemente do meio, formato ou suporte em que estejam registradas.

Dados Pessoais: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, conforme definição do art. 5º, I, da Lei nº 13.709/2018.

Dados Pessoais Sensíveis: dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural, conforme art. 5º, II, da Lei nº 13.709/2018.

Terceiros Autorizados: colaboradores, consultores, subcontratados, prestadores de serviços e demais pessoas físicas ou jurídicas vinculadas ao TERCEIRO que necessitem ter acesso às informações confidenciais para execução do contrato.

**CLÁUSULA 2ª - OBJETO E FINALIDADE**

Este termo estabelece as obrigações específicas de confidencialidade, sigilo e discrição para terceiros que, em razão da prestação de serviços ao Município de Joinville, tenham acesso a dados pessoais e sensíveis tratados pelo Sistema de Videomonitoramento Inteligente. O acesso aos dados ocorre exclusivamente para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas no Termo de Referência, sendo vedado qualquer uso diverso da finalidade de segurança pública municipal.

Para os fins deste termo, considera-se informações confidenciais todos os dados pessoais, imagens, informações biométricas, logs de sistema, configurações técnicas, relatórios, procedimentos operacionais e demais informações obtidas em razão do contrato, independentemente do meio em que estejam registradas ou da forma como foram compartilhadas.

**CLÁUSULA 2ª - INTEGRAÇÃO NORMATIVA**

Este termo complementa as obrigações já estabelecidas no Termo de Referência e demais instrumentos contratuais, focando especificamente nos deveres de confidencialidade e sigilo. Integra-se também ao "Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade de Dados Pessoais e Sensíveis para Servidores Públicos do Município de Joinville" instituído e aprovado pelo Comitê Municipal de Proteção de Dados e publicado no Diário Oficial nº 2281 em 18 de agosto de 2023, garantindo uniformidade na proteção de dados em todo o ambiente municipal.

### **CLÁUSULA 3ª - OBRIGAÇÕES DE SIGILO ABSOLUTO**

O TERCEIRO compromete-se a manter sigilo absoluto e permanente sobre todas as informações confidenciais a que tiver acesso, não podendo revelá-las, divulgá-las, reproduzi-las, utilizá-las ou dá-las conhecimento a terceiros, seja a que título for, mesmo após o término do contrato. Este dever de sigilo estende-se a todos os colaboradores, consultores, subcontratados e prestadores de serviço do TERCEIRO, que deverão assinar termo de compromisso, sigilo e confidencialidade com obrigações idênticas.

O TERCEIRO obriga-se a tratar as informações confidenciais com o mesmo grau de cuidado que dispensa às suas próprias informações sigilosas, adotando todas as medidas necessárias para evitar sua divulgação não autorizada. Deve orientar expressamente sua equipe sobre a natureza confidencial das informações e sobre as consequências de sua divulgação inadequada.

### **CLÁUSULA 4ª - LIMITAÇÕES DE USO E ACESSO**

As informações confidenciais devem ser utilizadas exclusivamente para os fins contratuais estabelecidos, sendo vedado ao TERCEIRO aproveitá-las para desenvolvimento de outros produtos, serviços ou soluções, ainda que destinadas ao mesmo segmento de mercado. É igualmente proibida a reprodução, cópia ou extração não autorizada de dados, bem como a engenharia reversa de sistemas ou componentes tecnológicos.

O acesso às informações deve ser restrito aos colaboradores que efetivamente necessitem conhecê-las para execução de suas tarefas específicas, seguindo rigorosamente o princípio da necessidade. O TERCEIRO deve manter controle atualizado sobre quem tem acesso a cada tipo de informação confidencial e comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração na equipe que manuseia dados sensíveis.

### **CLÁUSULA 5ª - CUIDADOS ESPECIAIS COM DADOS BIOMÉTRICOS**

Considerando que o sistema envolve tratamento de dados biométricos, classificados como dados pessoais sensíveis pela LGPD, o TERCEIRO compromete-se a adotar cautelas redobradas no manuseio dessas informações, tratando-as com nível máximo de confidencialidade e restringindo seu acesso apenas aos profissionais estritamente necessários para execução dos serviços contratados.

### **CLÁUSULA 6ª - EXTENSÃO DA CONFIDENCIALIDADE**

O dever de confidencialidade abrange não apenas os dados propriamente ditos, mas também informações sobre procedimentos operacionais, metodologias de trabalho, estruturas organizacionais, fluxos de processo, configurações técnicas e qualquer conhecimento adquirido sobre o funcionamento interno da administração municipal. Inclui-se também a vedação de comentários públicos sobre o projeto, seja em redes sociais, eventos técnicos, publicações especializadas ou qualquer outro meio de comunicação.

### **CLÁUSULA 7ª - SUBCONTRATAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**

Qualquer subcontratação que envolva acesso a informações confidenciais deve ser comunicada ao Município e os subcontratados devem firmar termo de compromisso, sigilo e confidencialidade com cláusulas equivalentes a este. O TERCEIRO permanece integralmente responsável pelo cumprimento dos deveres de confidencialidade por parte de todos os terceiros por ele indicados ou contratados, respondendo solidariamente por eventuais violações.

### **CLÁUSULA 8ª - VIGÊNCIA E PERPETUIDADE DO SIGILO**

As obrigações de confidencialidade estabelecidas neste termo permanecem válidas por prazo indeterminado, subsistindo mesmo após o término do contrato, rescisão, distrato ou qualquer outra forma de encerramento da relação contratual. A natureza permanente deste compromisso decorre da sensibilidade das informações tratadas e da necessidade de proteção continuada dos dados pessoais dos cidadãos.

### **CLÁUSULA 10ª - VIOLAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS**

A violação das obrigações de confidencialidade sujeitará o TERCEIRO às penalidades contratuais previstas no instrumento principal, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal pelos danos causados. O TERCEIRO responderá integralmente por prejuízos decorrentes da divulgação inadequada de informações, incluindo danos morais aos titulares de dados, custos de resposta a incidentes, multas aplicadas por órgãos reguladores e danos à imagem institucional do Município.

O Município poderá exercer direito de regresso contra o TERCEIRO e seus colaboradores em caso de condenações, multas ou indenizações decorrentes de violação de dados causada por descumprimento deste termo.

### **CLÁUSULA 11ª - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este termo integra-se aos demais instrumentos contratuais e rege-se pela legislação brasileira, especialmente pela LGPD e pelo Marco Civil da Internet. Eventuais alterações na legislação de proteção de dados implicarão automática adequação das obrigações aqui assumidas aos novos parâmetros legais, sem ônus adicional para o Município.

Fica eleito o foro da Comarca de Joinville/SC para dirimir questões decorrentes deste termo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO

Declaro ter lido e compreendido integralmente este termo, assumindo conscientemente todas as obrigações de sigilo e confidencialidade aqui estabelecidas. Comprometo-me a orientar adequadamente toda minha equipe sobre estes deveres e a manter estrutura organizacional compatível com o nível de confidencialidade exigido.

Estou ciente de que a violação destes compromissos poderá acarretar graves consequências pessoais e empresariais, incluindo responsabilização civil, criminal e a impossibilidade de contratação futura com a administração pública.

Local e Data: Joinville/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

TERCEIRO:

[Nome/Razão Social] [Representante Legal] [CPF/CNPJ]

MUNICÍPIO DE JOINVILLE:

[Nome do Secretário] Secretário de Proteção Civil e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Evelin Fernanda Vargas, Coordenador(a)**, em 06/11/2025, às 16:48, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogerio Rigo, Secretário (a)**, em 06/11/2025, às 16:57, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Isaias Stremel de Almeida, Gerente**, em 07/11/2025, às 09:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Lauro Weinert, Diretor (a) Executivo (a)**, em 07/11/2025, às 13:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27155688** e o código CRC **D00D639E**.

Av. Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)